

O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA (PNLD Campo) NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM UBERLÂNDIA-MG

Lair Miguel da Silva

Mestranda em Geografia/IG/UFU/MG
lairmiguel2007@hotmail.com

Marcelo Cervo Chelotti

Professor no Programa de Pós-graduação em Geografia/UFU/MG
chelotti@ig.ufu.br

RESUMO

Nos últimos anos discute-se a necessidade de se pensar uma Educação do Campo como possibilidade de reconhecimento dos saberes e fazeres e a busca pela emancipação dos sujeitos do campo. O livro didático é um dos recursos mais utilizados nas escolas públicas brasileiras e, nesse contexto, o trabalho buscou mostrar como o livro didático de Geografia poderia contribuir na construção da Educação do Campo – em específico, no município de Uberlândia-MG. O objetivo geral consistiu em compreender *se e como* está ocorrendo a implementação dos livros didáticos de Geografia (PNLD Campo) destinados às escolas rurais no município. Como procedimento metodológico, realizaram-se leituras sobre o ensino de Geografia para os anos iniciais, sobre o livro didático em geral e, em particular, sobre o livro didático de Geografia e a Educação do Campo. Realizaram-se a leitura do documento Guia PNLD Campo 2013 e entrevista com a assessora pedagógica do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação. Aplicaram-se de questionários aos professores da escola rural Freitas Azevedo. Conclui-se que livro didático de Geografia pode contribuir na aquisição de conhecimentos para a construção da Educação do Campo, mas é preciso que se faça a capacitação docente e haja uma política de formação continuada voltada para a educação do campo.

Palavras-chave: PNLD Campo; Livro Didático; Geografia; Educação do Campo.

GEOGRAPHY TEXTBOOK IN THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF THE RURAL EDUCATION IN THE CITY OF UBERLÂNDIA – BRAZIL

ABSTRACT

In the last few years, the rural education has been subject of discussion as a possibility for recognition of knowledge and practices, as well as the search for the emancipation of the subject field. Considering textbook as one of the most used features in Brazilian public schools, this paper's object is to show how Geography textbook could contribute to the construction of rural education, specifically in the city of Uberlândia. Therefore, the overall objective was to understand if and how is occurring the implementation of Geography textbooks (PNLD Campo - National Textbook Program) intended for rural schools in said city. The methodological procedures consisted of readings about teaching of Geography for the initial years, textbook in general and the Geography textbook, specifically, and rural education. In addition, there was carried out the reading of the 2013 Guide of the National Textbook Program, as well as an interview with the educational advisor of elementary school from the Department of Education. Also, questionnaires were applied to teachers from the rural school Freitas Azevedo. The conclusion was that Geography textbook can, indeed, contribute to the acquisition of knowledge in the construction of rural education. However, it is necessary to train teachers and create a policy of continuing education for the rural education.

Keywords: National Textbook Program; Textbook; Geography; Rural Education.

Recebido em 05/11/2014
Aprovado para publicação em 30/09/2015

INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo 2010, 84% da população brasileira é considerada urbana. Em outros termos, pode-se dizer que é inegável nosso intenso processo de urbanização. No entanto, 16% da população mora no meio rural e necessita das mesmas oportunidades e direitos como saúde, educação, entre outros. A oferta de educação no campo – quando existe – encontra-se muito distante da realidade dos sujeitos camponeses; em muitos casos, é um apêndice da educação oferecida no espaço urbano.

Nos últimos anos, algumas políticas públicas voltadas para a educação do campo foram criadas, a exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Ainda assim, entretanto, essa educação se dá, muitas vezes, de forma desassociada da realidade vivida nesse lugar. Isso ocorre por vários fatores, dentre os quais podemos citar a formação dos professores, uma vez que estes são formados para trabalhar com um público urbano e não com um público rural. Além disso, os recursos didáticos também não condizem com a realidade das escolas no campo.

Isso, posto por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD Campo), o Ministério da Educação busca fomentar a produção de livros didáticos destinados à educação do campo para os anos iniciais do Ensino Fundamental, com o intuito de considerar as especificidades do meio rural; ou seja, livros didáticos que se aproximem da realidade vivida pelos docentes e discentes do campo.

Diante disso, e sabendo que o município de Uberlândia possui 13 escolas rurais, considera-se importante compreender e discutir a não implementação desse programa no referido município, sobretudo concernente ao livro didático de Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental. Vale lembrar que, segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2013 foram realizadas 1.778 matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental nessas 13 escolas.

Para atingir o objetivo geral que era inicialmente compreender *se e como* estaria ocorrendo a implementação dos livros didáticos de Geografia destinados às escolas rurais no município de Uberlândia, foram definidos três objetivos específicos: (a) discutir a importância do livro didático de Geografia, específico para escolas rurais, na construção da educação do campo no município de Uberlândia-MG; (b) investigar se as escolas rurais do município de Uberlândia estariam adotando os livros didáticos do PNLD Campo 2013; (c) saber qual seria a visão dos docentes em relação à implementação do livro didático de Geografia para anos iniciais, destinados às escolas do campo.

Como procedimentos metodológicos, realizou-se leituras sobre o ensino de Geografia para os anos iniciais, sobre o livro didático em geral e, em particular, sobre o livro didático de geografia e a educação do campo. Realizou-se a leitura do documento Guia PNLD Campo 2013, bem como entrevista com a assessora pedagógica do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação. Foram, ainda, aplicados questionários aos professores da escola rural Freitas Azevedo no município de Uberlândia-MG.

Embora esse trabalho seja apenas o início de uma discussão sobre o PNLD Campo – em específico, sobre o livro didático de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, espera-se que o mesmo contribua para o trabalho de profissionais da educação, bem como para elaboração de novas propostas e projetos voltados à construção da educação do campo nas escolas rurais de Uberlândia.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Ultimamente tem havido uma constante luta dos camponeses por uma educação do campo, ou seja, uma educação que esteja em conformidade com o modo de vida, com a cultura e com as especificidades dos sujeitos do campo. Diante disso, torna-se necessária uma apresentação de o que é essa educação do campo, comentada e discutida por trabalhadores, educadores e outros sujeitos preocupados com a vida no campo. Caldart (2011), no Dicionário da Educação do Campo faz a seguinte afirmação:

O surgimento da expressão “educação do campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do campo no contexto de preparação da I

Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada educação do campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 (CALDART, 2011, p. 257).

Arroyo (2011, p. 82) menciona a educação do campo, mostrando que nesta se deve ter uma visão mais rica do conhecimento e da cultura: “Insisto que não seja apenas um conjunto de saberes utilitário. Só aqueles saberes que sejam básicos para a vida no campo, para a sobrevivência, nem para se adaptar às novas tecnologias”. Arroyo prossegue com sua concepção de educação do campo, afirmando que:

Partindo dessa visão teremos que responder a questões concretas e incorporar no currículo do campo os saberes que preparam para a produção e o trabalho, os saberes que preparam para a emancipação, para a justiça, os saberes que preparam para a realização plena do ser humano como humano (ARROYO, 2011, p. 83).

É importante aqui compreender também a distinção entre educação “do”, “para” e “no” campo. Não se busca uma educação apenas para fixar o homem no campo ou, ainda, para simplesmente alimentar o capitalismo. A educação que se persegue e almeja é a educação **do** campo, feita pelos sujeitos do campo com vista à humanização. Fernandes *et al.* (2011, p. 27) são bem categóricos quando afirmam que “não basta ter escolas no campo queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político-pedagógico, vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”.

Todavia Caldart (2012, p. 261) chama a atenção para o fato de ser um desafio defender uma educação dos camponeses, uma vez que esta confronta a lógica da agricultura capitalista. Diante disso, a autora propõe as seguintes perguntas: “como pensar em políticas de educação do campo ao mesmo tempo em que se projeta um campo com cada vez menos gente?” e “como admitir como sujeitos propositores de políticas públicas, movimentos sociais criminalizados pelo mesmo Estado que deve instituir essas políticas?”

Mesmo sabendo ser necessário transpor essas barreiras, não são poucos os militantes que lutam pela causa do sujeito do campo, buscando não apenas a educação dos camponeses, mas também a reforma agrária e o direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. A educação por si só não resolverá os problemas existentes no campo, porém a educação pode auxiliar de forma significativa no processo de emancipação dos sujeitos do campo.

O município de Uberlândia onde essa pesquisa foi realizada, também não se isenta das dificuldades existentes para se construir uma educação do campo. Além da concentração fundiária, há problemas relacionados à estrutura educacional. O município possui 37 escolas urbanas e 13 escolas localizadas na zona rural. A parte material das escolas rurais têm que ser melhorada em alguns aspectos, lembrando que os problemas educacionais de Uberlândia, bem como, da educação brasileira, são comuns tanto no rural quanto no urbano, entretanto, as dificuldades no meio rural geralmente são mais acentuadas. Costa faz à seguinte referência às escolas rurais de Uberlândia,

De um modo geral a estrutura física da maioria das escolas é boa, porém algumas precisam ser reformadas visando garantir melhores condições de trabalho aos professores, o que pode vir a contribuir na melhoria dos trabalhos desenvolvidos e conseqüentemente na aprendizagem dos alunos. Todas as escolas possuem biblioteca (umas maiores, outras menores; umas organizadas e outras nem tanto), quadra esportiva (a maioria precisa ser reformada), espaço de convivência para os alunos, refeitório e laboratório de informática (a maioria já conectada a internet) (COSTA, 2012, p.4).

Em relação à formação, a maioria dos docentes possui curso superior e os que ainda não possuem estão fazendo graduação à distância. Entretanto (COSTA, 2012) aponta um sério problema presente nas escolas rurais de Uberlândia, que é o fato do município não possuir um

projeto pedagógico específico para as escolas rurais. Dessa forma as escolas rurais têm apenas sua localização no rural ou atende uma clientela vinculada a esse espaço, mas os princípios que norteiam as mesmas ainda são urbanos.

Nesse sentido, apesar de já haver pessoas preocupadas com a educação do campo de Uberlândia e, principalmente, preocupadas em auxiliar na emancipação dos sujeitos do campo, é necessário considerar que no município de Uberlândia ainda existem escolas *no* campo e não escolas *do* campo. Vemos aqui a necessidade da construção/formulação de uma educação do campo nesse município.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A QUESTÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Sendo a Geografia uma ciência estratégica que tem por objeto de estudo o espaço geográfico socialmente construído, acreditamos que, como disciplina escolar, poderá contribuir significativamente na aquisição de conhecimentos para a construção da educação do campo. A respeito dessa questão, Camacho afirma:

Compreendemos que a importância da ciência geográfica, nesta experiência concreta de relação com a Educação do Campo, está na capacidade de transformação que a geografia contém. Esta capacidade se deve ao fato da mesma possuir uma relação intrínseca com a realidade. A partir da realidade, a geografia pode desenvolver no Estudante-Camponês a capacidade de interpretar criticamente a realidade com o objetivo de fomentar uma ação transformadora sobre essa realidade. Assim, a geografia tem que propiciar aos educandos pensarem as relações socioterritoriais e as suas contradições de classe, inerentes a sua realidade (CAMACHO, 2011, p. 27).

Todavia é preciso lembrar que a Geografia a ser ensinada hoje não deve ser apenas descritiva ou quantitativa, ou seja, é preciso conhecer o lugar ou o território, podendo até mesmo descrevê-lo e quantificar os elementos que o compõem. No entanto, só isso não é suficiente; é preciso também questionar por que tais elementos e condições estão dispostos de uma forma específica. Isso é papel da Geografia, até porque suas categorias de análise são bem abrangentes e reveladoras.

O lugar e a questão da identidade, do pertencimento e da cultura; a região e as particularidades, o território e a relação de poder; a paisagem, o espaço – todas essas categorias são capazes de fornecer subsídios para a compreensão do rural e, conseqüentemente, para se construir a educação do campo.

Contudo, Camacho nos chama a atenção para o fato de que é preciso trazer a Geografia estudada para a realidade do educando do campo. O aluno deve ser um sujeito ativo e não passivo nesse processo de ensino e de aprendizagem.

Dessa maneira, se faz de extrema importância discutir a realidade do espaço rural com mais profundidade se estamos lecionando para alunos que vivenciam essa realidade. Da mesma forma que, se nós estivéssemos lecionando para alunos de uma periferia de uma grande metrópole, iríamos focar a questão da segregação socioespacial e da violência urbana. Pois, sempre a geografia deve estar relacionada à realidade socioespacial do aluno (CAMACHO, 2011, p. 28).

Entretanto, o mundo em que vivemos é globalizado, ou seja, as comunidades rurais não vivem isoladas. Muito pelo contrário, mantém certa interdependência. Assim, o ensino de Geografia deve estar relacionado com a realidade socioespacial do aluno, mas deve também possibilitar ao educando o entendimento de como se manter “conectado” em meio a essa globalização, sem que, contudo, venha perder o “enraizamento” com o campo.

Isso considerado, o ensino de Geografia pode contribuir com a Educação do Campo de várias formas, pois literalmente fornece as coordenadas para a construção dessa educação, além de fornecer subsídios para que o educando perceba as contradições existentes no sistema capitalista e busque meios para combatê-las.

A Geografia como disciplina escolar pode ser ensinada por meio de várias linguagens e recursos, dentre os quais podemos citar o livro didático, material tão conhecido e debatido. Acessível a quase todos os docentes e discentes das escolas públicas no Brasil, de forma bem simplificada o livro didático pode ser entendido como um material impresso com vários conteúdos e de finalidade didática, ou seja, tem por finalidade orientar os processos de ensino e de aprendizagem.

Todavia, existem (no meio acadêmico, principalmente) acirrados debates sobre esse recurso. Enquanto alguns concordam com a utilização desse material – afirmando que em muitos casos o livro didático é o único livro a que a criança tem acesso ou, ainda, que esse recurso é um auxiliar do professor –, outros já o censuram. Em casos mais extremos, acreditam até que o mesmo deveria ser banido da escola.

Essa não aceitação do livro didático está relacionada a uma série de fatores, dentre os quais serão aqui apresentados dois deles. O primeiro fator se refere à questão da ideologia da classe dominante presente nesses materiais. Deiró (2005, p. 17) nos mostra que, “as mensagens ideológicas, veiculadas por diferentes meios, entre os quais se destacam os livros didáticos, transmitem valores que não correspondem às necessidades e aos interesses da classe trabalhadora”. Essa mesma autora prossegue afirmando que, “os textos de leitura dos livros didáticos das quatro primeiras séries do primeiro grau transmitem uma ideologia, formulada e imposta pela classe dominante à classe dominada, como sendo a única e verdadeira visão do mundo” (DEIRÓ, 2005, p. 20).

Ainda em relação à ideologia contida nos livros didáticos, a autora destaca um aspecto que não pode passar despercebido: o modo como o rural brasileiro é apresentado nos livros didáticos.

Enquanto o texto descreve a fartura brasileira, o problema agrário no Brasil é um dos mais sérios e com poucas probabilidades de ser solucionado. É no campo que se encontra o cerne da luta de classes no país. Aí está a classe mais explorada: o proletariado rural, os textos de leitura, portanto, não descrevem a estrutura social real que existe na agricultura brasileira, constituída de diferentes classes sociais. A realidade da exploração do proletariado rural é silenciada pelos textos (DEIRÓ, 2005, p. 112).

É evidente que não cabe aqui fazer uma generalização à respeito da abordagem do rural brasileiro nos livros didáticos. Alguns autores – ainda que de forma tímida – abordam os problemas existentes no campo nos livros didáticos. Porém, o natural é idealizar o campo por meio de um cenário de fartura e bonança, ou mesmo estereotipá-lo na pessoa do Jeca Tatu, caipira criado por Monteiro Lobato.

A interação campo-cidade faz parte do desenvolvimento da sociedade brasileira, só que via submissão. O camponês brasileiro foi estereotipado pela ideologia dominante como fraco e atrasado, como o Jeca Tatu que precisa ser redimido pela modernidade, para se integrar à totalidade do sistema social: ao mercado (FERNANDES *et al.*, 2011, p. 31).

O segundo fator diz respeito à utilização do livro didático pelos docentes. Poder-se-ia assim dizer que é um dos recursos didáticos mais criticados no meio acadêmico, haja vista que muitos professores, ao invés de conduzir suas aulas usando a criatividade, acabam por deixar que o livro didático “dite” as aulas, que acontecem por meio de resumos de páginas do livro e resolução dos exercícios.

Ele acaba, assim, tomando a forma de *critério* do saber, fato que pode ser ilustrado pelo terrível cotidiano do “veja no livro”, “estude, para a prova, da página x até a y”, “procure no livro” etc. Entendido nesses termos, o livro didático, apesar de não ser como querem alguns o grande culpado pelo autoritarismo e pela precariedade no ensino, acaba consubstanciando a sua forma usual e institucionalizada com o saber “competente” externo à prática educativa, e passa a ser meramente assimilado (mas não produzido) pelos alunos (VESENTINI, 2008, p. 55-56).

Outros autores reconhecem também o mau uso do livro didático: “o livro didático não é visto como um instrumento de trabalho auxiliar na sala de aula, mas sim como a autoridade, a última instância, o critério absoluto de verdade, o padrão de excelência a ser adotado na aula”. (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1993, p. 124). Entretanto, Vesentini nos mostra que o livro didático pode ser utilizado de outra forma:

[...] é possível manter uma outra relação com o livro didático. O professor pode e deve encarar o manual não como o definidor de todo o seu curso, de todas as suas aulas, mas fundamentalmente como um instrumento que está a serviço dos seus objetivos e propostas de trabalho. Trata-se de usar criticamente o manual, relativizando-o, confrontando-o com outros livros, com informações de jornais e revistas, com a realidade circundante. Em vez de aceitar a “ditadura” do livro didático, o bom professor deve ver nele (assim como em textos alternativos, em *slides* ou filmes, em obras paradidáticas etc.) tão-somente um apoio ou complemento para a relação ensino/aprendizagem que visa integrar criticamente o educando ao mundo (VESENTINI, 2008, p. 56).

Aqui podemos ver o papel do livro didático no processo de ensino e de aprendizagem: o recurso não deve e nem pode ser um “ditador” como bem nos mostra Vesentini (2008), mas deve ser um instrumento ou ferramenta a ser utilizada pelo professor de forma adequada. Porém, ainda paira uma dúvida: o que significa “saber utilizar o livro didático” ou “utilizá-lo de forma correta ou adequada”? A nosso ver, saber utilizar o livro didático é de fundamental importância para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. Assim, a utilização adequada do livro didático é regida por dois procedimentos básicos: o de comparação e o de criticidade.

O procedimento de comparação exige do professor um espírito pesquisador. A pesquisa de materiais como livros, revistas, jornais, dentre outros; fazer comparações e discutir as informações presentes nesses materiais e o conteúdo do livro didático – esses são passos a serem seguidos para a utilização de forma correta do livro didático. Nesse sentido, o professor precisa estar sempre atualizando quanto a seus conhecimentos. De outro modo, não terá como avançar para o procedimento da criticidade.

Esse procedimento está relacionado às ações adotadas pelo professor quanto à utilização do livro didático. Em primeiro lugar, o professor precisa ter em mente que o livro é apenas um recurso ou um instrumento. Não basta apenas o aluno responder questões propostas ou fazer cópias e resumos das páginas do livro didático. A explicação do professor é essencial, e aqui não se pode deixar imperar a “ditadura” do livro didático como menciona Vesentini (2008), pois o livro didático não é a fonte absoluta de verdade. Cabe ao professor proporcionar, e de maneira conjunta aos alunos, um aprendizado pautado na discussão, no questionamento e na crítica.

Em suma, para utilizar o livro didático de forma adequada “o docente precisa ter cuidado para não considerar o livro didático como um recurso detentor de um saber pronto e acabado. Se o professor apenas reproduzir o livro didático, o processo de ensino e de aprendizagem estará fadado à estagnação ou até mesmo à regressão. Mas se, ao invés disso, o conteúdo do livro didático for trabalhado com criatividade e com criticidade, esse processo certamente estará contribuindo para despertar e conscientizar os alunos rumo à luta por seus direitos e cumprimento de seus deveres por meio da aquisição de conhecimentos.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD CAMPO 2013

O Programa Nacional do Livro Didático é um programa que tem por objetivo atender os anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas rurais. De acordo com o Guia de Livros Didáticos – PNLD Campo 2013, poderiam participar desse programa as escolas situadas ou com turmas anexas em áreas rurais e vinculadas às redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, as quais tivessem firmado termo de adesão ao PNLD. Seriam atendidas pelo PNLD Campo 2013 escolas rurais com até 100 alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental e as escolas rurais com mais de 100 alunos que houvessem realizado a escolha

do PNLD 2013, ou mesmo que tivessem optado por não receber livros naquele programa. O PNLD Campo tem como objetivo,

[...] considerar as especificidades do contexto social, econômico, cultural, político, ambiental, de gênero, geracional, de raça e etnia dos Povos do Campo, como referência para a elaboração de livros didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental (seriado e não seriado), de escolas do campo, das redes públicas de ensino. Com esse objetivo, o PNLD Campo se inscreve como uma política pública de reconhecimento da Educação do Campo como matriz referencial para pensar o Campo e seus Sujeitos, como contexto gerador de conteúdos, textos, temas, atividades, propostas pedagógicas, ilustrações, e organização curricular do livro didático (BRASIL, 2012, p. 8).

Nesse contexto, foi feita por uma equipe de especialistas a avaliação de várias obras e – segundo o Guia de Livros Didáticos PNLD Campo 2013 – dezoito obras foram inscritas. Porém, apenas duas foram aprovadas: as coleções, Girassol - Saberes e Fazeres do Campo, da editora FTD, e o Projeto Buriti Multidisciplinar, da editora MODERNA LTDA.

Cabe aqui abrimos parêntese para explicar que não tivemos contato direto com a coleção Girassol - Saberes e Fazeres do Campo. Quanto à coleção Projeto Buriti Multidisciplinar, tivemos acesso por meio digital². Assim, queremos tecer comentário sobre a coleção à qual tivemos acesso.

Podemos dizer que os volumes 4 e 5 não diferem muito dos livros destinados às escolas urbanas. O volume 2 apresenta paisagens tanto do rural quanto do urbano. O volume 3 aborda de forma bem sutil a concentração de terras no Brasil, a reforma agrária e os conflitos pela terra. Porém o que nos chamou atenção nesse volume foi um texto referente aos processos migratórios (ver Figura 2).

Figura 2. Texto sobre migração contido no módulo específico de Geografia (PNLD-campo)

Compreender

3 Leia o texto e responda.

Há 15 anos, José Andradino se mudou para a cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso. Ele queria arrumar um emprego na cidade para ganhar mais do que ganhava como agricultor.

A primeira coisa que ele fez quando chegou foi passear pelas ruas e conhecer a cidade. Logo conseguiu um trabalho de vendedor numa floricultura.

Como entendia de **jardinagem**, Andradino foi mostrando ao dono como cuidar melhor das flores e deixá-las mais bonitas. Depois de algum tempo, ele ficou sócio da floricultura.

Glossário

Jardinagem: arte de cultivar e manter um jardim.

a) Onde José Andradino morava: no campo ou na cidade? Como você sabe?

b) Para onde José Andradino migrou? Por que ele migrou?

c) José conseguiu o que queria? Explique.

376

Fonte: PROJETO... (2013, p. 376).

² É possível visualizar os livros da coleção Projeto Buriti Multidisciplinar acessando o site <<http://www.modernadigital.com.br/main.jsp?lumPageId=4028818B3A04EC55013A1D5D7677027C&lumItemId=8A8A8A833A2C637D013A69AEA9A64FA6>>. Acesso em: 05 abr. 2014. A página 376 da obra foi fotografada para compor esse trabalho.

O texto acima está na página 376 do volume 3. Por se tratar de um livro específico para escolas rurais, podemos ver perfeitamente uma mensagem advinda dos atores do agronegócio falando aos camponeses: “Saíam do campo, o lugar de vocês é na cidade”. Aqui podemos observar com clareza a ideologia da classe dominante no livro didático. É certo que a pessoa tem o direito de escolher entre viver no campo ou na cidade, mas a questão que se apresenta é a ilusão que o texto transmite, de que todos que saem do campo e vão para a cidade terão sucesso. Em muitos casos, o camponês vende tudo que tem para vir morar na cidade onde seu dinheiro é rapidamente consumido, o que o obriga a trabalhar por um salário injusto. Em outros casos, não se encontra o tão sonhado emprego e o camponês passa a viver em condições precárias às margens da sociedade.

As três questões que seguem após o texto procuram reafirmar que realmente a melhor solução é migrar do campo para a cidade. No campo, José Andradino ganhava pouco e, na cidade, ele passou a ser sócio da floricultura.

Cabe dizer que os autores do referido livro poderiam pelo menos ter apresentado a outra versão, mostrando que nem todas as pessoas conseguem um bom emprego na cidade como ocorreu com José Andradino, pois com essa perspectiva unilateral a criança cresce desenvolvendo o pensamento de abandonar o campo e ir para cidade em busca de melhores condições de vida, ao invés de lutar para ter condições adequadas de vida no campo.

Ainda em relação ao texto, há algo que nos chama a atenção. Bem na parte superior do texto nota-se o termo “Compreender”. Será que as crianças do campo precisam compreender que elas necessitam deixar o campo e devem migrar para a cidade? Esse parece ser um discurso proposto em uma das coleções aprovadas no PNLD Campo 2013.

No município de Uberlândia o PNLD Campo não foi implementado. A assessora pedagógica da Secretária de Educação afirmou que, de acordo com os diretores e diretoras, alguns não adotaram o programa por falta de interesse; outros, porque não atingiram o quantitativo de alunos mencionados no edital.

Assim sendo, achamos por bem consultar os diretores, a fim de verificar por qual dos motivos os mesmos não aderiram ao programa. Enviamos, então, um questionário para as 13 escolas rurais do município de Uberlândia. Apesar de termos conseguido respostas de apenas quatro direções escolares, a conclusão a que chegamos é de que as escolas não foram convidadas pela Secretaria de Educação para conhecerem ou participarem o programa. Além disso, a assessora afirmou existir uma parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED) para formação de educadores/educadoras que atendam às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação do Campo. Porém, após ser feita uma averiguação, constatamos infelizmente que essa parceria não existe. Isso mostra que o poder público de Uberlândia se mantém distante e alheio a situações importantes para a construção da educação do campo nesse município.

Desse modo, mesmo sabendo que o PNLD Campo 2013 não foi adotado ou implementado no município de Uberlândia, consideramos pertinente saber a opinião de docentes sobre um livro didático de Geografia específico para as escolas rurais. Foram, então, aplicados dezesseis (16) questionários a professores(as) dos anos iniciais do ensino fundamental, profissionais da escola rural Freitas Azevedo do município de Uberlândia-MG. A escolha dessa escola está vinculada à maior acessibilidade em razão de sua localização. Vale dizer a escola escolhida poderia ter sido qualquer uma das outras 12 escolas rurais de Uberlândia. Docentes do 1º. ao 5º. ano responderam o questionário.

Em relação ao PNLD Campo, seis professores disseram conhecer esse programa, seis já ouviram falar, e quatro não conhecem. Dos professores pesquisados, 11 disseram que gostariam de trabalhar com livro didático elaborado especificamente para as escolas rurais. Dois deles não responderam o questionário e três responderam que não gostariam de trabalhar com um livro desse tipo.

Um dos professores que afirmou não gostar de trabalhar com um livro didático elaborado especificamente para as escolas rurais, justificou-se da seguinte forma: “é importante os alunos conhecerem os dois lados ou espaços urbano e rural”. Pode-se dizer que o docente tem razão, mas, no entanto, é possível trabalhar as especificidades do rural sem, contudo, deixar de lado o

urbano ou o global. Para Wizniewsky (2013), o professor de Geografia possui um duplo desafio: educar os sujeitos do campo, estando centrado na construção do conhecimento – já que a Geografia é uma disciplina integradora no processo interdisciplinar –, e também lidar com o desafio de promover a significação do lugar, sem, no entanto ser perdida a relação com o global.

Dessa maneira, acreditamos que o livro didático de Geografia elaborado para as escolas rurais deve ter esse foco: abordar tanto o local quanto o global, até porque o projeto que se tem de educação do campo não é o de construir uma escola diferente ou desvinculada do restante da sociedade, mas sim uma escola que contribua para integração dos sujeitos do campo – com seus costumes, com seu modo de vida e sua cultura – à sociedade.

Quanto aos professores que responderam que gostariam de trabalhar com um livro didático específico para as escolas rurais, foi possível observar em suas justificativas a expressão “realidade do aluno”.

Essa expressão pode assumir dois significados: o primeiro está relacionado a um livro didático que aborda conteúdos relacionados ao rural. Essa é uma proposta do PNLD Campo, tratar as especificidades do rural – lembrando que na coleção Projeto Buriti Multidisciplinar isso é feito de modo vago. O outro significado está relacionado à realidade local. Muitos professores sentem falta de material didático quando vão trabalhar, por exemplo, o município. Nesse caso, o certo seria um livro didático regional ou municipal.

Diante disso, o que se pode perceber é que as escolas rurais necessitam de materiais didáticos para que o processo de ensino e de aprendizagem seja realizado. Entretanto, conseguir um livro didático que atenda todas as expectativas e que, principalmente, seja livre de ideologias da classe dominante, seria algo que pouco provavelmente aconteceria.

Assim, pensamos que, no caso do ensino de Geografia, o professor pode utilizar o livro didático, seja ele do PNLD Campo ou não. Porém, de uma forma diferente da que muitos professores vem utilizando o recurso, ou seja, não reproduzindo o livro didático por meio de resumos ou cópias, mas, sobretudo, valendo-se da criatividade e da criticidade. Agindo assim o professor estará incentivando os alunos a adquirirem conhecimentos para serem utilizados na construção da educação do campo.

Em um primeiro momento pode parecer contraditório que um material elaborado a partir de idéias da classe dominante possa contribuir de algum modo para construção de uma educação mentalizada pela classe trabalhadora ou pelos dominados. Vendramini (2007) faz a seguinte colocação:

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

Entendemos, portanto, que não serão as políticas públicas que concretizarão a educação do campo. Entretanto, essas políticas públicas podem ser utilizadas no processo de construção da educação do campo.

Um exemplo da utilização das políticas públicas na construção da Educação do Campo que podemos mesmo apresentar é o da recente política pública PNLD Campo, abordada nesse trabalho. Os livros didáticos de Geografia desse programa podem ser utilizados para reflexões sobre qual a verdadeira intenção da classe dominante, via Estado, em distribuir livros didáticos específicos para as escolas rurais. Será que o Estado está interessado em promover uma educação emancipatória com esses livros diferenciados?

Por meio da ideologia hegemônica expressa no texto sobre migração (figura 2) o qual foi comentado anteriormente, podemos perceber um visível estímulo para que o sujeito deixe o campo e vá para cidade. Quem tem interesse no “esvaziamento” do campo? Certamente são os atores do agronegócio.

Todavia, isso nunca virá explícito em nenhum material didático proveniente do governo. No Brasil, nunca foi interesse do Estado proporcionar à classe trabalhadora uma educação que fizesse com que o aluno “enxergasse” as injustiças sociais. Assim, cabe ao professor auxiliar o aluno para que o mesmo venha a desenvolver uma visão crítica.

É importante lembrar que os livros didáticos destinados às escolas rurais ou não possuem conteúdos que podem ser trabalhados com os alunos no processo de ensino e de aprendizagem. Todavia, é por trás desses conteúdos que estão as ideologias a serem mostradas aos alunos por meio do professor.

Há vários recursos os quais o professor pode utilizar juntamente com o livro didático para mostrar a ideologia subjacente dos mesmos e, assim, contribuir na aquisição de conhecimentos para construção da Educação do Campo. Entre esses recursos podemos citar músicas, vídeos, filmes, revistas e, principalmente, o trabalho de campo. Não estamos nos referindo a longas e extensas viagens; estamos falando aqui em um trabalho de campo no lugar onde a escola se encontra inserida, ou seja, onde o aluno vive.

Esse recurso permite que o professor, juntamente com os alunos, faça comparações entre o livro didático e a realidade na qual estão inseridos. Se o livro apresenta um campo brasileiro belo e com fartura, cabe ao professor instigar os alunos no desenvolvimento do trabalho de campo para comprovar se isso é verdade ou se a realidade por eles vivida é outra.

Isso pode ser feito tanto com o livro didático de Geografia do PNLD quanto com o livro do PNLD Campo. No entanto, se for feito com o livro deste programa, o peso da criticidade deve ser ainda maior uma vez que os livros do programa são destinados especificamente para escolas rurais.

Na construção da Educação do Campo é importante que os alunos tenham também conhecimentos do lugar onde vivem. Não estamos defendendo uma educação tecnicista, pois sabemos que a educação do campo vai muito além de conhecimentos técnicos. Porém conhecimentos que abordam tipos de solos, vegetação, clima, entre outros podem contribuir para a construção dessa educação. Conforme Arroyo (2011), saberes que preparam para a produção e para o trabalho também fazem parte dessa educação.

Sendo assim, o livro didático de Geografia pode contribuir na construção da Educação do Campo basicamente de duas formas: (a) a primeira consiste em mostrar a ideologia hegemônica presente nesse recurso; (b) e a segunda está relacionada ao ensino dos conteúdos do livro, que podem ser trazidos para a realidade do aluno utilizando os vários recursos já mencionados anteriormente, principalmente o trabalho de campo.

Conforme mostrado, o livro didático de Geografia pode contribuir na aquisição de conhecimentos para a construção da Educação do Campo. Porém, o que não se deve esquecer é que o livro é apenas um recurso ou instrumento a ser utilizado. É preciso ter quem o utilize. Como o professor irá utilizar o livro didático na construção da educação do campo se ele não sabe o que vem a ser essa educação?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando os principais pontos da pesquisa, vale dizer em primeiro lugar que, tendo em vista o objetivo geral da pesquisa ser atingido, foi necessário buscar entender o que é Educação do Campo. Observamos que esta significa mais que produzir um enraizamento do homem no campo para alimentar o capital ou impedir o êxodo rural, ou mesmo fornecer subsídios para reprodução da educação tecnicista que também se encontra presente no urbano. Pelo contrário, essa educação está pautada no humanismo e na justiça social, buscando a emancipação dos sujeitos do campo, mantendo seus costumes, seu modo de vida – enfim, sua cultura.

Entretanto, para se fazer isso, ou para construir a Educação do Campo, é preciso vencer os obstáculos que são impostos no meio rural, representados pela má distribuição das terras brasileiras e pelo agronegócio. Mas não são apenas esses desafios a serem enfrentados, principalmente porque no Brasil a educação ainda necessita ser melhorada em diversos aspectos, tanto no espaço rural quanto no urbano – e aqui podemos citar a necessidade de

melhoria nas condições para fortalecimento do processo de ensino e de aprendizagem, tais como qualificação dos professores e produção de recursos didáticos e pedagógicos condizentes com a realidade do educando.

Buscamos contextualizar também o ensino de Geografia no processo de construção da educação do campo. Concluímos que esse ensino pode contribuir de forma significativa para a construção da educação do campo, posto ser a Geografia uma ciência que possui o espaço geográfico como objeto de estudo; como disciplina escolar, contribui, sobretudo, para o conhecimento desse espaço e para se ter nele uma melhor organização.

Outro ponto relevante na pesquisa foi a questão do livro didático. Apesar das polêmicas suscitadas em relação a esse recurso, o que se depreende é que ele pode contribuir de forma significativa no processo de ensino e de aprendizagem da Geografia. Contudo, foi possível verificar também que o livro didático deve ser utilizado de forma adequada – ou seja, como um instrumento ou ferramenta, e não como fonte única de verdade inquestionável –, devendo ainda ser utilizado juntamente com outros recursos.

Quanto à não implementação do PNLD Campo em Uberlândia-MG, acreditamos que os professores poderiam ter tido oportunidade de conhecer o programa, bem como de manifestar sua opinião. É inegável que esse programa possui várias fragilidades; porém, precisamos entender que o PNLD Campo 2013 é a primeira versão e que as futuras coleções podem ser melhoradas a partir de críticas e sugestões dos professores.

Sobre a ideologia hegemônica presente nesse material, podemos afirmar que o certo é o professor estar sempre alerta e auxiliar os alunos para que eles mesmos possam também desenvolver uma visão crítica, capaz de captar as ideologias subjacentes. Não se esquecendo de que a ideologia da classe dominante está presente também nos livros do PNLD, e não somente em livros didáticos, está também em outros veículos; por exemplo, na mídia.

Em relação à contribuição do livro didático de Geografia para a construção da Educação do Campo, chegamos à conclusão de que, seja ele proveniente do PNLD ou do PNLD Campo, pode ser utilizado para esse fim. Todavia, tornamos ressaltar aqui a importância da capacitação dos professores para atuarem nas escolas rurais por meio de cursos de formação continuada voltados para educação do campo.

Nesse sentido, gostaríamos de frisar que os problemas a serem resolvidos a fim de se construir uma Educação do Campo em Uberlândia, bem como os problemas da educação brasileira de forma geral, não se resumem apenas aos materiais didáticos. Sabemos que esses problemas envolvem muitos outros fatores. Todavia, o que mostramos nesse trabalho é que o livro didático de Geografia pode contribuir para a aquisição de conhecimentos para a construção dessa educação por meio da valorização do modo de vida, dos saberes e fazeres dos sujeitos do campo, que clamam também por justiça social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G. CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.) **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 65 - 86.

BRASIL. **Guia de livros didáticos**: PNLD Campo 2013: Guia de livros – Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, Diversidade e inclusão, 2012.

CALDART, R.S. Educação do campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (Org.) **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

CAMACHO, R.S. A geografia no contexto da educação do campo: construindo o conhecimento geográfico com os movimentos camponeses. **Revista Percursos – NEMO**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 25- 40, 2011. ISSN: 2177-3300 (on-line).

COSTA, A.C.M. Práticas pedagógicas em escolas no campo: constatações, análises e proposições. In: ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, 16., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <<http://www2.unimep.br/endiipe/3953p.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

DEIRÓ, M.L.C. **As Belas Mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Centauro, 2005.

FERNANDES, B.M. *et al.* Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo. In: ARROYO, M. *et al.* (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p.21 - 62.

FREITAG, B. *et al.* **O livro didático em questão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PROJETO BURITI MULTIDISCIPLINAR - VOLUME 3. Editora Moderna, 2013. Disponível em: <<http://www.modernadigital.com.br/main.jsp?lumPagId=4028818B3A04EC55013A1D5D7677027C&lumItemId=8A8A8A833A2C637D013A69B78EA97906>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

SILVA, L.M. **O livro didático de Geografia no processo de construção da educação do campo no município de Uberlândia (MG)**. 2014. Monografia (Especialização em Geografia para as Séries Iniciais) – Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia.

VENDRAMINI, C.R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, mai/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 abr. 2014

VESENTINI, J.W. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Editora do autor, 2008. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/29236/14223/Para_uma_geografia_critica_na_escola_Livro_Vesentini.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014

WIZNIEWSKY, C.R.F. O professor de geografia na construção da educação do campo a partir da significação do lugar. In: MEDEIROS, R.M.V.; FALCADE, I. (Org.), **Expressões da reterritorialização do campo brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013. p. 159-170.